



## Urge aumentar o orçamento comunitário para a ciência

Na qualidade de relatora do Partido Popular Europeu para a opinião da Comissão dos Orçamentos do parecer sobre o quadro estratégico comum de financiamento da investigação e inovação da UE para o período pós-2013, Maria da Graça Carvalho interveio no debate da sessão plenária do PE em Estrasburgo.

Pg. 06



### RIGOR

O Deputado **José Manuel Fernandes** fez um **excelente trabalho** como Relator do Orçamento do PE para 2012.

As opções orçamentais permitem que o **Parlamento esteja à altura das suas responsabilidades** sobretudo depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa (que lhe comete mais responsabilidades e uma crescente carga de trabalho sobretudo nos processos legislativos com a multiplicação dos trólogos e das conciliações) mas é sensível à crise económica e financeira e à necessidade de **dar o exemplo no emagrecimento dos custos**.

**Foi a maior redução dos últimos 14 anos** tendo sido congelado o valor das Despesas Gerais dos Deputados e reduzida a verba destinada às viagens.

Ainda assim houve quem tivesse tentado utilizar o processo orçamental para fins de pequena política. É fácil, retirando verbas do seu contexto, polemizar com os gastos do Parlamento. Mas com isso **não se reforça nem o Parlamento nem a Democracia**.

## Pacote Anti-Corrupção Carlo Coelho aplaude iniciativa da Comissão Barroso

Pg. 07

## Paulo Rangel contra os cortes aos "bancos alimentares"



Bancoalimentar  
contra a fome

Paulo Rangel, enviou uma pergunta ao Conselho na qual pede ao Presidente do Conselho Europeu para ajudar a resolver a questão dos anunciados cortes no Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentes (PCAAC) de 500 milhões de euros anuais actuais, para 113 milhões já em 2012.

Pg. 08


## Orçamento do PE José Manuel Fernandes propõe austeridade e rigor

Pg. 10

# Paulo Rangel pede apoio do Parlamento Europeu

às propostas de combate à crise apresentadas pela “Comissão Barroso”

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice Presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, Paulo Rangel, afirmou que **“a crise só pode ser ultrapassada se houver da parte do Parlamento Europeu, uma atitude firme e determinada para apoiar os esforços da Comissão”**.

Durante o debate sobre a situação do euro, Paulo Rangel felicitou o presidente da Comissão, José Manuel Barroso, pela apresentação de *“um leque de propostas que dão resposta à crise”*. O Deputado europeu referia-se em particular à proposta dos project-bonds, à proposta para flexibilizar a utilização dos Fundos europeus nos países que estão a ser intervencionados e *“o anúncio pela parte da Comissão que irá levar ao Parlamento uma proposta para a criação dos eurobonds”*, referiu o Deputado Europeu. Paulo Rangel sublinhou no entanto que *“só é possível enfrentar a crise que a Europa vive através de uma defesa equilibrada e firme do método comunitário”*. 




# Rio+20 é uma oportunidade para reafirmar o compromisso

com a transição para uma economia verde a nível global

Maria da Graça Carvalho participou no debate sobre os objectivos da UE para a Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável (Cimeira Rio+20), que se realiza no Rio de Janeiro, de 2 a 4 de Junho de 2012. Durante a sua intervenção, Maria da Graça Carvalho alertou para o facto de que apesar dos progressos realizados ao longo das duas décadas que se seguiram à Cimeira do Rio, muitos dos compromissos assumidos em termos de desenvolvimento sustentável *“ainda não foram cumpridos”*. Para a deputada europeia, o Rio+20 representa *“uma oportunidade para reafirmar o compromisso com a transição para uma economia verde a nível global”*. E acrescentou

*que “a transição para uma economia verde exige uma transformação radical do sector da energia que passa pela promoção das energias renováveis e da eficiência energética. As energias renováveis e a eficiência energética têm potencial para atenuar as alterações climáticas, contribuir para o desenvolvimento social e económico, melhorar a segurança do abastecimento e proporcionar benefícios para o ambiente e a saúde”*.

Nesse sentido, Maria da Graça Carvalho realçou *“a importância da inovação e a necessidade de cooperação científica e tecnológica e da transferência de tecnologias na promoção do desenvolvimento sustentável”*. Ao terminar considerou

*“fundamental”* apoiar programas de educação e formação, *“nomeadamente para os jovens, em todos os países pois a promoção de novas competências ajudará a criar novos empregos e a diminuir as injustiças sociais”*. 





# Carlos Coelho e Regina Bastos preocupados com a violação de dados pessoais

Os eurodeputados **Carlos Coelho e Regina Bastos** questionaram a Comissão Europeia, em Bruxelas, sobre a eventual **violação por parte da rede social norte-americana facebook** das leis de protecção de dados europeias e a **violação das regras de protecção de dados por parte da PSP e hospitais portugueses**.

No seguimento das acusações feitas por Ilse Aigner, Ministra alemã que tutela a pasta da Defesa do Consumidor, que acusa o Facebook de não respeitar a legislação alemã e europeia por facultar os dados pessoais dos seus utilizadores a entidades terceiras, o Deputado Carlos Coelho, membro efectivo da Comissão das liberdades, Justiça e Assuntos Internos e a Deputada Regina Bastos, membro suplente da Comissão do mercado Interno e Protecção do Consumidor, estão preocupados com a veracidade destes factos.

Carlos Coelho e Regina Bastos sublinham que *“se, por um lado, o ambiente em linha veio criar novas oportunidades em termos económicos e de interacção social, nunca antes vistas, por outro lado, lançou igualmente enormes desafios gerados pelo crescimento e o impacto das novas tecnologias, pela globalização e o rápido desenvolvimento da Internet e pela necessidade de existir uma melhor aplicação das normas de protecção de dados para os cidadãos europeus”*.

Na opinião dos sociais-democratas *“deverá ser salvaguardado um equilíbrio entre vários factores de igual importância: a liberdade individual (liberdade de escolha e autonomia da vontade), a necessidade de assegurar a segurança interna e externa, o direito à autodeterminação informativa e o direito à vida privada”*.

Neste sentido Carlos Coelho e Regina Bastos solicitam à Comissão Europeia:

- *“Que averigue a veracidade destas acusações e confirme se existe uma violação da legislação europeia em matéria de protecção de dados;*
- *Em caso afirmativo, o que tenciona fazer para pôr termo a esta situação?”*

Carlos Coelho e Regina Bastos dirigiram ainda outras duas perguntas à Comissão Europeia sobre o tratamento dado aos dados pessoais em Portugal sobre a **base de informações da Polícia de Segurança Pública (PSP)** e as **bases de dados sensíveis hospitalares**. Segundo os



**“Se, por um lado, o ambiente em linha veio criar novas oportunidades em termos económicos e de interacção social, nunca antes vistas, por outro lado, lançou igualmente enormes desafios gerados pelo crescimento e o impacto das novas tecnologias, pela globalização e o rápido desenvolvimento da Internet e pela necessidade de existir uma melhor aplicação das normas de protecção de dados para os cidadãos europeus”**.

Carlos Coelho e Regina Bastos

Deputados europeus *“não existe uma separação dos ficheiros de acordo com as suas finalidades, estando misturados os dados de cadastro de condutores, com os de porte de arma, com pedidos de detenção, medidas de coacção aplicadas a arguidos, investigações criminais e até pedidos de vigilância discreta ou controlos específicos não existindo um tratamento diferenciado relativamente ao grau de fidedignidade dos dados, ou seja, uma informação fiável ou baseada em “boatos” é alvo do mesmo tratamento”*


*“Tendo passado cerca de um ano desde que a CNPD recomendou a introdução de um conjunto de medidas, sem que tenham sido introduzidas alterações visíveis, em que esta base de dados continua a violar as regras fundamentais relativas à protecção de dados”* e tendo em consideração a entrada em funcionamento de um Sistema Integrado de Informações Criminais, Carlos Coelho e Regina Bastos mostraram-se preocupados com esta situação.

Já na área da saúde nos termos do Artigo 7º nº4 da Lei 67/98 da Assembleia da República (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Directiva 95/46) apenas é permitido o tratamento dos dados referentes à saúde, incluindo os dados genéticos, quando tal for necessário para efeitos de medicina preventiva, de diag-

nóstico médico, de prestação de cuidados ou tratamentos médicos ou de gestão de serviços de saúde, desde que o tratamento desses dados seja efectuado por um profissional de saúde obrigado a sigilo profissional.

No entanto registaram-se problemas de segurança da informação na área da saúde em alguns hospitais, **cujas administrações estão a fornecer dados clínicos de doentes sem consultar os médicos e contrariando o parecer da Autoridade Nacional para a Protecção de Dados (CNPD)**.

*“Estamos, assim, perante uma violação da relação de confiança entre o paciente e o médico e o dever de confidencialidade, mas também perante uma clara violação dos direitos fundamentais dos pacientes, cujos dados pessoais (independentemente do nível de sensibilidade que os caracterize) estão a ser cedidos a terceiros, como é o caso por ex. de companhias de seguros, etc.”*, argumentam os sociais-democratas.

Carlos Coelho e Regina Bastos perguntam assim à Comissão: *“se a Comissão tem conhecimento destes factos e, enquanto guardiã dos Tratados, o que é que está a pensar fazer para pôr termo a esta clara violação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos?”* 

# José Manuel Fernandes alerta para riscos da Europa se “afundar” se não houver mais integração europeia




*“Tenho a convicção que ou saltamos este ‘momento’ com mais Europa, avançando na integração europeia, ou retrocedemos e afundamo-nos”,* alertou. Nesse contexto, o Eurodeputado salientou a importância do trabalho da Comissão Europeia e o papel crucial a desempenhar pela Presidência da Polónia no Conselho, *“para o regresso ao crescimento económico, à solidariedade de facto e à estabilidade do euro”.*

O sucesso do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 e da estratégia UE 2020 é considerado como decisivo para o futuro da Europa. José Manuel Fernandes salienta, por isso, a necessidade de *“um orçamento à altura e uma governação económica forte e convergente”.*

O Eurodeputado do PSD manifesta-se claramente a favor da proposta apresentada pelo presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, para o **novo Quadro Financeiro Plurianual**. No debate em plenário sobre esta matéria, José Manuel Fernandes salientou a importância de concretização de **novos recursos próprios** capazes de reforçar a capacidade de intervenção e autonomia da UE. Além de saudar a **proposta de taxa sobre as transacções financeiras**, José Manuel Fernandes espera que outras propostas para assegurar novos recursos próprios sejam discutidas, tal como a taxa sobre as licenças de emissão.

O Eurodeputado espera ainda que *“o superavit orçamental de cada ano seja o mais reduzido possível e que seja somado ao orçamento do ano seguinte, em vez de funcionar como um crédito para os Estados-Membros”.*

**“A estratégia da União Europeia 2020 é a grande guia das novas Perspectivas Financeiras.** Para que os seus objectivos sejam atingidos é necessário que o orçamento tenha as verbas suficientes e que o valor acrescentado desse mesmo orçamento seja maximizado”, defendeu José Manuel Fernandes, fazendo questão de frisar o desafio para *“que o método de governação passe a ser definitivamente o método comunitário”.* 

**“A União Europeia vive momentos de tensão e de incerteza, agravados pelo facto de termos líderes europeus receosos e uma onda de populismo e nacionalismo que cresce”.** O alerta foi lançado por **José Manuel Fernandes**, no debate sobre as prioridades da Polónia na Presidência do Conselho.

O Eurodeputado do PSD José Manuel Fernandes deixou, no plenário do Parlamento Europeu, um aviso claro quanto à necessidade de reforço de competências e recursos das estruturas comunitárias, para fazer face à crise que persiste na União Europeia e contrariar os riscos da onda de nacionalismos a que se assiste actualmente.

No debate sobre o programa de actividades da Presidência polaca do Conselho, o Eurodeputado **criticou a postura dos actuais líderes europeus**, a quem responsabilizou directamente

pelos agravamentos da actual situação de crise. *“A União Europeia vive momentos de tensão e de incerteza, agravados pelo facto de termos líderes europeus receosos e uma onda de populismo e nacionalismo que cresce”,* declarou José Manuel Fernandes.

**A crise do Euro e o regresso das fronteiras na Dinamarca, a par do agravamento do descontentamento popular** e das mais recentes vitórias eleitorais de grupos nacionalistas em diferentes países, foram apontados como sinais do actual momento da Europa.

Reforçando a ideia deixada já na discussão sobre o novo Quadro Financeiro Plurianual proposto pela Comissão Europeia, o Eurodeputado José Manuel Fernandes apelou à concretização de medidas que garantam um reforço da integração europeia e da capacidade de intervenção das instâncias comunitárias.

mrg.brzdubox



# Nuno Teixeira reúne com Comissário Barnier em Estrasburgo

**O** eurodeputado defende uma revisão do AIEM para aumentar a expedição de produtos madeirenses para as Ilhas Canárias. Nuno Teixeira encontrou-se, em Estrasburgo, com o Comissário Michel Barnier, responsável pela pasta do Mercado Interno e Serviços da União Europeia, e com Baudouin Baudru, Chefe de Gabinete do Comissário Algirdas Semeta, responsável pelos Assuntos de Fiscalidade e União Aduaneira, para discutir a possibilidade de rever a imposição do AIEM a produtos importados da Madeira.

Estiveram também presentes no encontro, a convite do Eurodeputado, Duarte Rodrigues, Presidente da ACIF, Pilar Tabar Marrero, Secretária-Geral da CECAPYME, Confederação Empresarial das Pequenas e Médias Empresas de Canárias e D. Pedro Peña Caballero, Presidente da Associação de Importadores de Canárias, expressando a realidade e as preocupações das duas regiões face à imposição do AIEM.

Para o Parlamentar madeirense, **“o AIEM introduz um factor de concorrência desleal no circuito comercial entre a Madeira e as Ilhas Canárias, com o conseqüente prejuízo e perda de competitividade para ambas as regiões, sendo imperiosa uma revisão do sistema existente e conceder uma derrogação pelo menos relativamente aos produtos oriundos da Madeira expedidos para as Ilhas Canárias”**.

A solicitação da reunião surgiu, após o Eurodeputado ter apresentado, em Março deste ano, uma pergunta escrita à Comissão Europeia sobre a possibilidade de se proceder a uma revisão da Directiva sobre o AIEM, alegando que **“este imposto é inadequado e desnecessário face os objectivos do desenvolvimento regional das RUP, podendo mesmo não ser compatível com o Estatuto da Ultraperiferia e com os princípios do mercado interno”**.


Nuno Teixeira destaca que **“não se pretende pôr em causa o AIEM, mas sim encontrar uma solução que seja capaz de contribuir a uma melhor integração destas duas RUP, Madeira e Ilhas Canárias, no mercado interno, uma vez que há um potencial para aumentar o comércio entre ambas as regiões e, simultaneamente, criar nestas regiões plataformas logísticas estratégicas para o mercado do Norte de África e Asiático”**.



**“Não se pretende pôr em causa o AIEM, mas sim encontrar uma solução que seja capaz de contribuir a uma melhor integração destas duas RUP, Madeira e Ilhas Canárias, no mercado interno, uma vez que há um potencial para aumentar o comércio entre ambas as regiões e, simultaneamente, criar nestas regiões plataformas logísticas estratégicas para o mercado do Norte de África e Asiático”**.

Nuno Teixeira

No decorrer da reunião o **Comissário Barnier** sublinhou **“que as Regiões Ultraperiféricas são um activo da União Europeia, e não um problema, e devem ser analisadas numa lógica de projecto”**. Por isso, anunciou que Comissão Europeia está a analisar detalhadamente o dossier AIEM e a lista de produtos madeirenses com potencial de exportação para as Ilhas

Canárias. Afirmou ainda que a decisão da Comissão quanto à prorrogação do regime do AIEM, na sequência do pedido que foi apresentado pelas autoridades espanholas, já foi tomada, mas reafirmou a intenção da Comissão em realizar um estudo aprofundado do tema num eventual pedido de prorrogação do regime em 2013. 

# Urge aumentar o orçamento comunitário para a ciência

Na qualidade de relatora do Partido Popular Europeu para a opinião da Comissão dos Orçamentos do parecer sobre o quadro estratégico comum de financiamento da investigação e inovação da UE para o período pós-2013, **Maria da Graça Carvalho** interveio no debate da sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo.

Durante a sua intervenção, Maria da Graça Carvalho, congratulou-se pelo facto de este documento, contemplar as suas propostas. Nomeadamente:


- O aumento do orçamento do próximo Programa-Quadro para a investigação e inovação;
- A coordenação deste com os fundos estruturais;
- A inclusão do conceito “caminho para a excelência”;

- A criação das condições para um maior envolvimento da indústria, e em particular das PME;
- A promoção da participação de jovens investigadores;
- A simplificação administrativa e financeira.

Maria da Graça Carvalho defende que **a investigação e a inovação são dois pilares “fundamentais” para o desenvolvimento económico e a criação de emprego na Europa**, e considera “*crucial*” aumentar a parcela do financiamento que é atribuída à investigação e inovação dentro do orçamento global da UE.

Em relação ao conceito “*caminhos para a excelência*”, a deputada europeia, acredita que “*é muito importante criar as condições para a participação de pequenas unidades, embriões*

*de excelência, como pequenos grupos de investigação e novas empresas inovadoras*”. Maria da Graça Carvalho congratulou-se com a importância que é atribuída às PME neste relatório, e declarou que é “*fundamental facilitar a participação das PME nos programas de investigação e inovação da UE e melhorar o seu acesso ao financiamento*”.

Ao concluir, a **Deputada fez referência aos jovens** declarando que o desemprego de jovens altamente qualificados é um “flagelo” em vários países da UE, e defendeu que “*a participação destes jovens em projectos de investigação será duplamente benéfica: pelo dinamismo e espírito inovador que estes jovens imprimirão aos projectos e pela contribuição que o Programa Quadro dará para uma mais rápida entrada dos jovens qualificados no mercado de trabalho*”. 

## Egipto: o poder “oferecido” aos Islamistas?

Na eleições legislativas de Novembro no Egipto, os 504 deputados serão eleitos por dois métodos: 252 por um sistema rigorosamente proporcional, com a obrigatoriedade dos candidatos serem alternadamente “*trabalhadores e camponeses*” e a outra metade agentes da sociedade, tendo cada Partido que apresentar, em cada lista, pelo menos UMA mulher!

Na ditadura, um mínimo de 64 lugares de Deputados eram reservados a mulheres, pelo que este retrocesso é vivamente criticado por todos os Partidos não-confessionais e pelos movimentos feministas, com os Islamistas significativamente alheados deste debate!

A outra metade dos mandatos é distribuída por um sistema maioritário numa só volta, havendo recurso a uma segunda volta entre os dois principais candidatos se nenhum obtiver 25% dos sufrágios na primeira eleição.

Ora o Egipto é um país em que, diariamente, assistimos ao aparecimento de novos Partidos, cada um com o entusiasmo e a ilusão que o momento impõe, firmemente convicto da irresistível atracção das suas propostas,

mas sem qualquer implantação concreta junto dos seus 87 milhões de habitantes!


E aqui entra a **Irmandade Muçulmana (IM)**, implantada em todo o Egipto desde 1928, quase sempre de forma clandestina mas tolerada, com uma acção de relevo e meritória nas áreas da saúde, educação e apoio social. A IM acaba de inaugurar, com pompa e circunstância, a moderna e funcional sede do seu braço político, o Partido da Liberdade e Justiça (uma inspiração do AKP do Primeiro Ministro turco Erdogan).

Numa atitude de “*altruísmo democrático*”, a IM ofereceu a todos os Partidos a constituição de uma lista única para as legislativas, para que todos pudessem estar representados no Parlamento, oferta recusada pelos Partidos ditos “*liberais*”! Ao mesmo tempo, a IM diz-se favorável a um sistema 100% proporcional.

Todos os outros Partidos terão que repensar a sua estratégia e as políticas de coligações, no mínimo para as circunscrições individuais. Uma tarefa que não é fácil, para mais quando ninguém sabe o peso relativo de

cada força política. Se não o fizerem, e sendo aceite que a coligação liderada pela IM rondará os 25% dos votos, teoricamente, com o sistema proposto, poderia obter 62,5% dos mandatos!

Ou seja: para não “*amedrontar*” a comunidade internacional a IM propunha-se ter 25% dos mandatos e, com um sistema a que “*finje*” opor-se, “*terá*” que ficar com uma confortável maioria absoluta!

Na visita ao Cairo no fim de Julho tive a oportunidade de encontrar o Secretário-Geral da IM, Prof. Mohamed Elkatatny, vestido de forma ocidental, sem a tradicional barba, afável e cordial, com voz pausada, todas as perguntas tiveram a resposta politicamente correcta, mesmo quanto ao Acordo de Paz com Israel ou o papel da Religião no Estado. A mensagem a transmitir é clara: não “*assustar*” o Ocidente! A única excepção é a firme recusa de preceitos supra-constitucionais, já que “*o povo é soberano*”! O que não se compreende é qual a intenção das chefias militares, em princípio defensoras de um Estado secular, ao optarem pelo sistema que mais favorece os Partidos Islamistas! 



## Carlos Coelho na linha da frente contra a corrupção

O Parlamento Europeu debateu, em Estrasburgo, a prioridade a conceder à luta contra a corrupção. Os eurodeputados perguntaram ao Conselho e à Comissão como tencionam garantir um firme empenhamento político de todos os países da UE para combater a corrupção e implementar medidas contra este crime.

De acordo com o pacote anticorrupção apresentado em Junho, o custo da corrupção para a economia da UE eleva-se a 120 mil milhões de euros por ano, um valor quase equivalente ao orçamento anual da UE. **Carlos Coelho** iniciou a sua intervenção afirmando “que o combate à corrupção é fundamental por razões sociais, económicas e políticas” não excluindo qualquer Estado-Membro desta prática: “Se diversos índices assinalam como mais preocupante a situação em países como a Grécia, a Bulgária, a Itália e a Romênia, **não existe um único país na União Europeia que não seja afectado por este flagelo**”, ressaltou.

**Carlos Coelho felicitou a Comissão Europeia pelo Pacote Anti-corrupção** que apresentou em 6 de Junho deste ano, “que representa sem dúvida um passo significativo na luta contra a corrupção, dando-lhe uma nova dinâmica e



procurando encontrar soluções mais abrangentes para o grande desafio que ela coloca às nossas sociedades” recordando que “embora estejam em vigor quadros jurídicos bastante exigentes, tanto a nível europeu como ao nível internacional, a sua aplicação ao nível dos Estados-Membros é bastante diferente”.

Para o eurodeputado social-democrata são necessários, por um lado, “progressos no que diz respeito à transposição e implementação dos vários instrumentos de luta contra a corrupção (como é o caso por ex. da Decisão-quadro, de 2003, de luta contra a corrupção no sector privado) por parte

dos Estados-Membros que ainda não o fizeram” e em paralelo, “há que reforçar as políticas e instrumentos adoptados ao nível nacional de combate à corrupção, ajudando a melhorar a sua aplicação, a reforçar a sua coerência, a identificar as lacunas e as deficiências a colmatar e acima de tudo ajudar a criar um maior empenhamento político”.

“É importante, igualmente, **reforçar a cooperação judiciária e policial** e contar com o apoio específico das Agências Europeias com maior relevância nesta área, como é o caso da Europol, da CEPOL, da Eurojust e da OLAF”, conclui o eurodeputado português. 

## Mais competências para a Agência Europeia da Segurança Marítima de Lisboa

A Agência Europeia da Segurança Marítima de Lisboa expande competências de forma a incluir a prevenção de desastres relacionados com a exploração de petróleo


O relatório sobre as actividades no sector do petróleo e do gás foi adoptado no Parlamento Europeu em Estrasburgo com 602 votos a favor, e 64 contra. Todas as recomendações de **Maria da Graça Carvalho**, relatora do Partido Popular Europeu, foram incluídas no documento.

**A deputada do PSD, pedia a expansão das competências da Agência Europeia da Segurança Marítima** - localizada em Lisboa desde 2006 - para a criação de mecanismos de monitorização e de segurança, bem como para a prevenção de desastres ambientais relacionados

com a exploração do petróleo. Esta sugestão foi manifestada oficialmente em Julho de 2010 ao Comissário para a Energia, Gunther Oettinger; ao Comissário para o Transporte, Siim Kallas; e à Comissária para a Cooperação Internacional, Ajuda Humanitária e Resposta a Situações de Crise, Kristalina Georgieva. Nesta carta Maria da Graça Carvalho sugeria “aproveitar as infra-estruturas da Agência Europeia da Segurança Marítima, que tem uma posição privilegiada e estratégica e incorporar as novas competências na agência que está em Portugal”. E acrescentava que “não é preciso criar uma nova agência para estas novas competências, uma vez que tal suporia mais custos administrativos e logísticos”.

O relatório destina-se a garantir na Europa as normas de segurança mais rigorosas do mundo

e para Maria da Graça Carvalho “reforça as minhas preocupações acerca da prevenção de desastres ambientais relacionados com a exploração petrolífera. Tendo em conta o desastre ambiental verificado no Golfo de México, responsável pelo derramamento de cerca de 20.000 barris de petróleo no mar por dia, e tendo a Europa explorações no Mar do Norte, no Mar Negro e no Mediterrâneo, é importante assegurar a protecção das nossas costas”. Outra das recomendações de Maria da Graça Carvalho é a necessidade de uma maior “coordenação à escala da UE” e com os países vizinhos para “garantir as melhores práticas e a harmonização das várias abordagens nas várias regiões da UE”.

A Comissão Europeia vai preparar uma proposta de legislação que visa implementar as recomendações reflectidas no documento. 

# Eurodeputado Nuno Teixeira

## defende que uma maior concertação na UE não prejudicará as RUP's

Um novo rumo que implique maior concertação de posições **não altera em nada o quadro de relacionamento entre a UE e as Regiões Ultraperiféricas**, como é o caso da Madeira. Afirma-o o eurodeputado **Nuno Teixeira**, questionado sobre a busca pela UE de respostas a dar à actual crise.

A União Europeia (UE) tarda em estabelecer regras, que, com eficácia, respondam à crise das dívidas soberanas no espaço da zona euro e o resultado é continuar perigosamente exposta à especulação dos mercados.

Para adensar este estado de coisas, a cimeira realizada em Paris, entre o Presidente francês, Nicolas Sarkozy, e a chanceler alemã, Angela Merkel, acabou por se traduzir num conjunto de propostas, algumas delas controversas. Favorável a que os grandes países concertem antecipadamente posições no que se relaciona com os desafios que se colocam à UE, o eurodeputado madeirense Nuno Teixeira disse ao JORNAL da MADEIRA que um novo rumo que implique maior concertação de posições não altera em nada o quadro de relacionamento entre a UE e as Regiões Ultraperiféricas, como é o caso da Madeira.

O eurodeputado madeirense considera que um novo rumo na União Europeia (UE) que implique maior concertações de posições não prejudicará as Regiões Ultraperiféricas (RUP's), como é o caso da Madeira. «As RUP's são literalmente uma gota de água no oceano de problemas em que vive hoje em dia a UE. O grande desafio que historicamente se coloca às RUP's é o de fazer compreender que, dadas as suas características e os especiais constrangimentos de que padecem, as crises se fazem sentir de forma mais violenta e demoram mais tempo a ultrapassar», começou por afirmar Nuno Teixeira, para logo complementar: «Um novo rumo que implique maior concertação de posições e mais governação económica não altera em nada o quadro de relacionamento entre a UE e as RUP's, porque a dialéctica de negociação e o contexto em que esta se desenrola continuam a ser exactamente os mesmos».


Questionado sobre as iniciativas do chamado eixo "Paris/Berlim", o parlamentar afirmou que,

em muitos casos, as respostas à crise «*não têm contribuído para acalmar os mercados financeiros*», o que reconhece ter «*contribuído para um agravamento da situação*», mas recusa a ideia de que a Alemanha e a França se estejam a «*apropriar dos destinos da UE*».

Quanto a iniciativas como a da reunião em Paris, entre o Presidente francês, Nicolas Sarkozy, e a chanceler alemã, Angela Merkel, Nuno Teixeira afirma, de resto, ser «*natural que os grandes países concertem antecipadamente posições no que toca aos grandes desafios que se colocam à UE*». E vai mesmo mais longe, quando defende que alguém «*tem de assumir esse papel de liderança*» entre os Estados-Membros, dizendo ver como «*positivo*» que haja quem aponte o caminho. «*Talvez o devessem ter feito antes, dando um sinal claro aos restantes quanto ao trabalho que há por realizar*», desabafou.

Sarkozy e Merkel reuniram-se para tentar acalmar os mercados, depois de mais de uma semana de quedas abruptas nas bolsas, tendo resultado do encontro algumas propostas controversas. Face à crise das dívidas soberanas, os dois líderes europeus admitiram ser indispensável fortalecer as economias através da imposição de limites constitucionais ao endividamento dos países que usam a moeda única e criar um governo económico da zona euro, para cuja liderança convidaram, inclusivamente, o presidente da UE, Van Rompuy.

Questionado sobre o resultado da reunião, o eurodeputado madeirense, começando por recordar as posições de há muito assumidas tanto pela Comissão Europeia, como pelo Parlamento Europeu, sobre o particular da "governação económica", vincou não se poder esquecer «*que, no fim da linha, o processo decisório depende da vontade dos Estados-Membros*».

«O que considero perigoso para o processo de construção europeia - salientou o eurodeputado - é que os Estados-Membros continuem a reagir tardiamente aos acontecimentos, quase por arrasto, em vez de anteciparem os problemas e seguirem uma estratégia clara no sentido de encontrar as melhores soluções para atenuar as suas consequências». 


## Paulo Rangel pede a Herman Van Rompuy para ajudar a resolver a questão dos "cortes" aos "bancos alimentares"



Deputado ao Parlamento Europeu, Vice-Presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, **Paulo Rangel**, enviou uma pergunta ao Conselho na qual pede ao Presidente do Conselho Europeu para ajudar a resolver a questão dos anunciados cortes no Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentiados (PCAAC) de 500 milhões de euros anuais actuais, para 113 milhões já em 2012.

No texto enviado esta tarde ao Conselho, Paulo Rangel, sublinha: «*É crucial que - mais do que nunca - todos os actores públicos, nacionais e supranacionais, intervenham e tenham uma estratégia concertada para acudir às situações de emergência social. É, por isso, fundamental encontrar um caminho que ajude a encontrar soluções para os anunciados cortes no Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentiados (PCAAC) de 500 milhões de euros anuais actuais, para 113 milhões já em 2012*».

O Deputado afirma ainda: «*De dia para dia vemos agravar-se a situação económica e financeira de muitas famílias que vivem no espaço da União europeia, em particular nos países intervencionados. Os tempos de crise que vivemos e viveremos vão - todos o sabemos - empobrecer a chamada classe média e colocar milhares de pessoas no limiar ou num estado de verdadeira pobreza*».

Além de pedir a intervenção directa do Presidente do Conselho Europeu na tentativa de encontrar uma solução equilibrada para o problema da perda das ajudas comunitárias, Paulo Rangel questiona ainda o Conselho sobre se, num contexto de crise, considera "oportuna". 



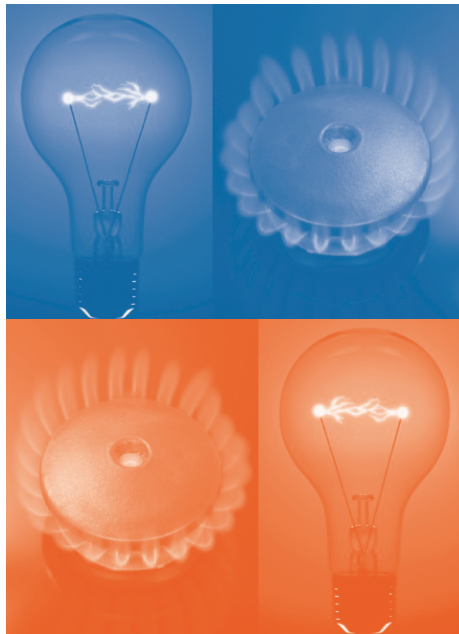
# Gás e electricidade: PE aprova regras contra abusos nos mercados grossistas

O Parlamento Europeu aprovou novas regras para prevenir abusos nos mercados grossistas da energia e proteger os consumidores. A monitorização destes mercados será feita a nível da UE para ajudar os Estados-Membros a prevenir, detectar e sancionar as práticas abusivas.

Durante o debate que decorreu no plenário sobre este assunto, **Maria da Graça Carvalho** congratulou-se pela aprovação deste regulamento e declarou que *“é um passo em frente no sentido da conclusão do mercado interno de energia até 2014”*.

O regulamento estabelece uma base de dados de transacções do mercado grossista de energia e a criação de um registo europeu dos participantes no mercado evitando práticas desleais.

A deputada europeia acrescentou que **a falta de transparência “pode conduzir a um aumento de preço para os consumidores finais e pode minar a confiança de potenciais investidores em projectos de infra-estruturas de energia. Por isso, este regulamento é assim fundamental para o bom funcionamento do mercado interno e para os consumidores e investidores”**.




O regulamento sobre a integridade e a transparência nos mercados de energia (REMIT) será aplicável ao comércio de produtos energéticos grossistas, em especial aos contratos e derivados relativos à produção, fornecimento

e transporte de gás natural e electricidade. A monitorização destes mercados será efectuada pela Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACRE), em estreita colaboração com as entidades reguladoras nacionais.

Como requerido pelos eurodeputados, todos os participantes no mercado serão incluídos num **“registo europeu”** para aumentar a transparência. Caso violem as regras, as sanções a aplicar a nível nacional deverão reflectir os danos causados aos consumidores.

As práticas desleais no mercado grossista de energia podem conduzir ao aumento dos preços da energia para os consumidores finais (cidadãos e empresas) e minar a confiança de potenciais investidores em projectos de infra-estruturas de energia.

Este regulamento proíbe essas práticas abusivas e assegura uma melhor monitorização dos mercados, com vista a proteger os consumidores finais e garantir preços da energia comportáveis para os cidadãos europeus. O texto, já acordado entre o PE e o Conselho, entrará em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da UE. 

# Paulo Rangel reúne em Bruxelas presidentes de grupos parlamentares dos 27 para discutir “Semestre Europeu e Schengen”

O Vice Presidente do Grupo PPE - o maior grupo político do Parlamento Europeu - **Paulo Rangel** reuniu a XIII Cimeira de Líderes Parlamentares dos partidos PPE.


Trata-se da quarta Cimeira organizada pelo Deputado desde que foi eleito para o Parlamento Europeu. Na agenda da reunião, Paulo Rangel incluiu dois temas: O Semestre Europeu e Schengen.

Para a discussão do Semestre europeu, o Deputado e chefe de delegação do PSD,

convidou o Presidente da comissão do Orçamento do Parlamento Europeu, Alain Lamassoure, o Presidente do Grupo parlamentar da UMP na Assembleia Nacional francesa, Christian Jacob, a Vice-presidente do Grupo PPE, relatora da estratégia 2020, Corien Wortmann-Kool, e o relator do parecer da Comissão dos Assuntos Constitucionais sobre o Semestre Europeu, Rafal Trzaskowski.

Entre os convidados de Paulo Rangel para o painel sobre Schengen destaque para o

Presidente do Grupo Parlamentar do PDL no Senado italiano, Maurizio Gasparri, o Vice-Presidente do Grupo PPE e Presidente do Grupo de Trabalho *“Assuntos jurídicos e internos”*, Manfred Weber, o coordenador do PPE da Comissão LIBE no Parlamento Europeu, Simon Busuttill e o deputado **Carlos Coelho**, relator do acervo de Schengen.

Na Cimeira participaram ainda os Comissários John Dalli, Johannes Hahn, Connie Hedegard, Janusz Lewandowski, Andris Piebalgs e Algirdas Semeta. 

# Orçamento histórico

## consagra cortes nas instituições europeias

A comissão dos Orçamentos no Parlamento Europeu aprovou relatório do Eurodeputado **José Manuel Fernandes**, consagrando um esforço suplementar de redução de despesas por parte das instituições europeias e do Parlamento Europeu.

**“É um orçamento histórico, com uma actualização de 0,8%, que é a mais baixa desde 1998”**, conforme sublinhou o Eurodeputado, José Manuel Fernandes, relator do orçamento para o Parlamento e demais instituições europeias. A actualização de 0,8% fica muito longe da inflação prevista, estimada em mais de 2,5%, pelo que a proposta de orçamento consubstancia, em termos reais, um decréscimo orçamental.

Mesmo adicionando à actual proposta orçamental – aprovada pela Comissão – as novas despesas resultantes da adesão da Croácia e da entrada dos 18 novos deputados, em consequência da aplicação do Tratado de Lisboa, a actualização fica-se pelos 1,9%. *“Trata-se de um crescimento negativo, que consagra um forte esforço por parte das instituições europeias para fazer mais, com menos recursos financeiros”*, explicou o Eurodeputado José Manuel Fernandes. O trabalho desenvolvido e o resultado final foram enaltecidos pelo presidente da Comissão dos Orçamentos, o francês Alain Lamassoure.

Resultado de uma longa maratona de negociações e após a votação individual de rubricas e propostas de alterações, a Comissão aprovou todas as indicações do relator, que liderou um aturado trabalho de conciliação e contacto com os responsáveis das diferentes instituições europeias – Parlamento Europeu, Conselho Europeu e Conselho, Comissão, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Comité Económico e Social Europeu, Comité das Regiões, Serviço Europeu de Acção Externa, Provedor de Justiça Europeu, Autoridade Europeia para a Protecção de Dados. **“Obtivemos um orçamento consolidado e sustentável, cortando despesas de forma inteligente e com inovação, para não pôr em causa a necessária excelência legislativa e a concretização de compromissos e obrigações legais”**, afirmou José Manuel Fernandes.


### Cortes

No Parlamento Europeu, desde o início das negociações e face à proposta inicial de orçamento – que apontava para uma

actualização de 2,3%, o que se traduziria num orçamento com uma actualização superior a 3% quando fossem adicionados os encargos resultantes da adesão da Croácia e da entrada dos 18 novos deputados - **o relator José Manuel Fernandes cortou mais de 80 milhões de euros.**

Para os serviços de interpretação e tradução regista-se um corte de 21 milhões de euros. Uma redução que vai obrigar o Parlamento a proceder a alterações estruturais de funcionamento, nomeadamente no que diz respeito à organização dos trabalhos das comissões. As comissões, em vez de concentrarem os trabalhos à terça e quarta-feira, reunirão de segunda a quinta-feira, o que terá como consequência uma melhor utilização dos recursos de interpretação. A tradução de alguns documentos deixará de ser feita automaticamente em todas as línguas e passará a ser feita na língua de origem e a pedido dos interessados em qualquer das línguas oficiais. Desta forma, estas alterações não colocam em causa os princípios do multilinguismo. **Também as despesas gerais dos gabinetes dos deputados ficam congeladas em 2012.** Foi ainda aprovado **um corte de 5% em todas as despesas de viagens** e uma cativação de 15% das verbas até que a Mesa Administrativa apresente uma proposta que garanta a concretização da redução aprovada. Reduzem-se ainda as despesas para as publicações digitais e o consumo de energia.

No que diz respeito às outras instituições – nomeadamente Conselho Europeu e Conselho, Comissão, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Comité Económico e Social Europeu, Comité das Regiões, Serviço Europeu de Acção Externa, Provedor de Justiça Europeu, Autoridade Europeia para a Protecção e Dados – a actualização dos seus orçamentos é inferior a 1%, superando assim a indicação de actualização que havia sido transmitida pelo Comissário Europeu do Orçamento, Janusz Lewandowski.

Refira-se que há neste momento uma margem na Rubrica V do Orçamento Geral da UE (onde estão as verbas para todas as instituições europeias) superior a 500 milhões de euros. Também estas instituições têm um crescimento negativo e contribuirão nesta fase com cortes adicionais. Tal significa que se ficou muito longe das verbas previstas pela Comissão, Conselho e Parlamento para as despesas de todas as instituições europeias. 


# Nuno Teixeira

## vê as suas propostas ao POSEI aprovadas

**Nuno Teixeira** viu todas as suas contribuições à proposta de revisão do Regulamento POSEI, serem aprovadas, esta semana, na Comissão responsável no Parlamento Europeu, a Comissão da Agricultura. O Eurodeputado madeirense, que foi o Relator-Sombra do PPE deste dossier na Comissão para o Desenvolvimento Regional, congratula-se com esta aprovação que considera ser *“um primeiro passo no sentido de tornar a reforma em curso do regime POSEI uma reforma moderna e adaptada à realidade actual da Ultraperiferia”*.

Nuno Teixeira destaca a aprovação da sua proposta de que **“as quantidades de expedição e de exportação passem a ser definidas com base na média dos três melhores anos desde 1989”**, quando o regime actualmente em curso prevê que as mesmas sejam definidas com base na média dos anos de 1989, 1990 e 1991.

O Deputado do PSD explica ainda que a sua pretensão de **“aumentar a lista dos países de destino”** foi incluída no relatório e que a expedição e a exportação de produtos que beneficiem do regime específico de abastecimento passará a ser feita para países terceiros *“pertencentes ao espaço geográfico em que se situam essas regiões, assim como com destino a países terceiros historicamente ligados, podendo a respectiva lista ser objecto de revisão de dois em dois anos, a pedido dos Estados-Membros”*.

*“Congratulo-me particularmente com a inclusão de uma **cláusula que proíbe toda e qualquer tributação indirecta às ajudas do POSEI**, como é o caso do IVA, em coerência com a legislação existente, nos termos em que havia proposto”* acrescenta Nuno Teixeira, *“e também com o aumento do montante da dotação anual mínima, para a Região Autónoma da Madeira e para a Região Autónoma dos Açores, para um valor de 117, 61 milhões de euros”*. O relatório terá agora de ser aprovado pelo plenário do Parlamento Europeu, estando a sua votação prevista, em princípio, para a sessão de Estrasburgo do mês de Dezembro. 



## Carlos Coelho defende maior segurança nas estradas europeias

O Parlamento Europeu aprovou em Estrasburgo um relatório sobre a **política europeia de segurança rodoviária** no seguimento de uma Comunicação da Comissão sobre a matéria. O Parlamento Europeu apela à elaboração, com carácter de urgência, de **um novo programa de acção europeu para a segurança rodoviária**.

**Carlos Coelho** congratulou-se com a comunicação apresentada pela Comissão Europeia para um espaço europeu de segurança rodoviária considerando *“vital um investimento profundo e coordenado na melhoria da educação rodoviária, das infra-estruturas rodoviárias, dos serviços de emergência e prestação de socorro bem como da aplicação e cumprimento das regras de trânsito”*.

Note-se que entre as medidas propostas pelos eurodeputados, encontram-se a harmonização dos sinais e regras de trânsito na UE e da taxa de alcoolemia. *“Se é certo que estas medidas devem ser tomadas ao nível mais próximo possível dos cidadãos na senda do princípio da subsidiariedade,*




*também é certo que uma abordagem coerente e integrada a nível europeu é premente e necessária”* arguiu o social-democrata a este respeito.

Os eurodeputados sugerem a criação, até 2014, do cargo de coordenador da segu-

rança rodoviária da UE, que deverá ajudar os Estados-Membros a pôr em prática o programa de acção europeu. Carlos Coelho é da opinião que *“a criação de um Coordenador Europeu para a Segurança rodoviária é prioritária, que coordene as medidas entre a Comissão e Estados-Membros, promova iniciativas e sinergias no plano da segurança rodoviária, o intercâmbio de melhores práticas e faça a ligação entre os níveis políticos e académicos relevantes”* apoiando, de igual modo, **“o objectivo de reduzir para metade o total de vítimas mortais até 2020 sendo que o objectivo a longo prazo deverá ser o de 0 vítimas mortais”**.

O Parlamento Europeu propõe ainda que sejam estabelecidos os seguintes objectivos para esta década:

- redução de 40% do número de feridos em perigo de vida;
- redução de 60% do número de vítimas mortais entre as crianças até aos 14 anos;
- redução de 50% do número de peões e ciclistas mortos em acidentes rodoviários. 


## Bacalhau : Patrão Neves quer mais possibilidades de pesca para Portugal

Teve lugar em Halifax, no Canadá, a reunião anual da Convenção NAFO, organização regional de pesca que gere a actividade de pesca exercida nas águas internacionais exteriores às 200 milhas náuticas do Canadá e dos Estados Unidos da América.

Nesta reunião decidiram-se, para além de outras, as possibilidades de pesca para o bacalhau, espécie de elevado valor comercial e de enorme tradição gastronómica para o nosso país. Conforme explicou, **Maria do Céu Patrão Neves**, *“até ao início da década de 90 a abundância deste recurso fez desta pescaria a mais importante actividade de captura para os Estados-Membros da União Europeia, com quotas atribuídas pelo mecanismo da estabilidade relativa. Após um período de 10 anos de interrupção da pesca dirigida a este recurso, ao abrigo de uma moratória que entrou em vigor por força do mau estado dos stocks de bacalhau nestas águas, a pescaria reabriu há dois anos atrás, estando a ser*

*explorado de forma sustentável.”* Recorde-se que a União Europeia, logo a seguir às Ilhas Faroe, é o principal beneficiário do TAC de bacalhau que serve o interesse de 9 Estados-Membros nos quais se inclui Portugal.

Para Patrão Neves, *“para além do bom estado ecológico do recurso, confirmado pelos recentes estudos científicos que foram levados a cabo, é importante zelar pela viabilidade económica das frotas pesqueiras que de uma forma cumpridora têm vindo a explorar estes pesqueiros. Com base na trilogia de princípios fundamentais que regem a PCP, (protecção e conservação dos recursos pesqueiros dimensão ambiental, sustento digno para os profissionais da pesca- dimensão social e rentabilidade económica das pescarias- dimensão económica) convém lembrar que estes princípios não deverão ser hierarquizáveis, exigindo-se a sua plena convergência num equilíbrio dinâmico à margem do qual não será possível garantir*

*a sustentabilidade e desenvolvimento do sector das Pescas”*. Segundo os relatórios do Conselho Científico da NAFO **“o bacalhau está a ser explorado de forma sustentada nestas águas”** existindo inclusivé margem de segurança para se aumentar o actual TAC de 10.000 para cerca de 15.000 toneladas o que, a verificar-se, aumentaria de 1.800 para 2.800 toneladas a quota portuguesa. Sendo Portugal um grande consumidor de bacalhau (200 mil toneladas ano) e sendo o pesqueiro da NAFO de grande interesse económico para a frota de pesca longínqua portuguesa, Patrão Neves endereçou uma carta escrita à Sra. Veronika Veits, que possui o mandato de negociação da UE para esta reunião, sensibilizando-a para a necessidade de *“se garantir TAC comunitário que sirva de forma justa e equilibrada os interesses do sector da pesca europeu e que deverá passar por um aumento das possibilidades de captura concedidas à frota comunitária que exerce actividade nestes pesqueiros”*. 

# Eurodeputada apela à solidariedade em tempos de crise


A eurodeputada do PSD, **Maria do Céu Patrão Neves**, entregou duas impressões multi-funções às crianças e jovens da nova Casa do Gaiato depois de, no dia da sua recente inauguração, ter verificado que não havia impressoras em nenhuma das duas salas de computadores.

*“De facto, quando há cerca de três semanas visitávamos as novas instalações da Casa do Gaiato, foi notada a ausência de impressora e lançado o desafio para que eu fornecesse uma, ao que de imediato respondi afirmativamente. Depois, a própria direcção apontou terem duas salas de computadores... Resolvi, pois, trazer duas impressoras também”.*



Patrão Neves, no acto de entrega das impressoras, falou com as crianças e jovens da Casa sobre a utilidade das impressoras. Porém, não deixou de acentuar que deveriam limitar as impressões apenas ao necessário, sobretudo por preocupações ambientais, tendo-se referido aos prejuízos para o ambiente do abate das árvores, a partir das quais se produz a maior parte do papel que utilizamos. Neste contexto, referiu-se também às restantes funções das impressoras, nomeada-

mente às possibilidades que o scanner oferece. No termo desta visita, Patrão Neves referiu-se à sua iniciativa também como um gesto de apelo à sociedade civil em geral para que *“cada um, na medida das suas possibilidades, contribua também para a construção da comunidade mais solidária e justa que todos queremos”*. Patrão Neves acrescentou ainda que *“as instituições de solidariedade social são essencialmente financiadas pelo Estado e este não se pode demitir das suas*

*obrigações. Mas nós, cidadãos, também não podemos ficar de braços cruzados à espera que o Estado faça tudo. Neste momento de crise de forte impacto social, importa que aqueles que podem ajudem os que têm mais necessidade e que todos procuremos dar um pouco de nós a quem mais precisa, seja oferecendo um pouco do nosso tempo, da nossa afectividade ou outras formas de entrelajada que, com boa vontade, é possível encontrar”.* 

## Patrão Neves reúne com Ministra da Agricultura e Pescas


Entre outros temas estiveram as reformas da Política Agrícola Comum e da Política Comum de Pescas. A eurodeputada **Maria do Céu Patrão Neves** foi recebida em audiência pela Ministra da Agricultura e Pescas a quem quis alertar para os mais recentes desenvolvimentos da política europeia para o sector do leite.

*“As últimas notícias que saíram do tríplice sobre o ‘Pacote do Leite’ que teve lugar, em Estrasburgo, no passado dia 14 de Setembro, são particularmente graves.”* Patrão Neves referia-se à reunião entre o Parlamento Europeu e o Conselho, e também com a presença da Comissão, em que se procuram conciliar posições em documentos legislativos, como é o novo regulamento para o sector do leite, num horizonte já de pós-quotas. *“Três propostas aprovadas pelo Parlamento Europeu que convergiam na exigência de adaptar uma política*

*comum para o leite às especificidades de algumas regiões fortemente dependentes da produção leiteira, garantindo as condições necessárias para que esta actividade se mantenha nessas regiões, foram recusadas pelo Conselho”* - explicitou Patrão Neves. *“Esta rejeição corresponde a uma radicalização da posição dos que pretendem uma liberalização total do sector e eu pedi à senhora Ministra que intervisse, ao nível do Conselho, na defesa do interesse do sector do leite nos Açores e em todo o país”.*

**Esta reunião da eurodeputada Patrão Neves com a Ministra Assunção Cristas, justificou-se pelo momento crucial que se vive no plano europeu para o sector primário**, com as reformas em curso da Política Agrícola Comum e da Política Comum de Pescas. Os principais problemas e desafios que estas duas políticas comuns colocam a Portugal e especificamente aos Açores estiveram também em cima da mesa, nomeadamente: no

sector da agricultura, a definição dos critérios de distribuição das ajudas por Estado-Membro, que ameaçam manter a injustiça da distribuição que vigora e em que Portugal está abaixo da média europeia, a proposta de cortes progressivos nas ajudas no âmbito dos pagamentos directos, a intensificação do “esverdeamento” no 1º Pilar; no sector das pescas, a regionalização que não está a avançar como se pretende, o regime diferenciado de para a frota artesanal e a industrial que não se define, os modelos de gestão possíveis que suscitam alguma controvérsia, a exigência científica para a decisão política e a preponderância crescente dos imperativos ambientais, aspectos que se vão intensificar nesta reforma.

Patrão Neves concluiu que *“a reunião decorreu num forte espírito de diálogo e de estreitamento de um trabalho conjunto de forma a concertar estratégias e assim reforçar a posição nacional”.* 



## O empreendedorismo feminino nas pequenas e médias empresas

**O** empreendedorismo feminino deve ser incentivado, pois tem um enorme potencial a ser explorado e é uma forma de aumentar a taxa de emprego.


No âmbito do debate sobre o empreendedorismo feminino nas pequenas e médias empresas, a Deputada do PSD ao Parlamento Europeu, **Regina Bastos**, salientou que *“apesar das grandes dificuldades que as pequenas e médias empresas têm vindo a sofrer nestes últimos anos, elas continuam a ser uma importante fonte de criação de emprego e um motor para o crescimento da economia europeia”*.

A Deputada Regina Bastos, nomeada relatora sombra para este relatório, defendeu que **“o empreendedorismo feminino deve ser incentivado, pois tem um enorme potencial a ser explorado e é uma forma de aumentar a taxa de emprego”**.

A Deputada Regina Bastos terminou sublinhando a *“importância dos Estados-Membros adoptarem medidas de conciliação da vida familiar com a vida profissional para favorecer*



*a criação de empresas por mulheres”* assim como *“a necessidade de aconselhamento sobre os modos de financiamento e de gestão financeira disponíveis, bem como a importância*

*do acesso ao financiamento e em particular o acesso ao microfinanciamento, destacando para isso o programa de financiamento europeu Progress”*. 

## Regina Bastos questiona Comissão sobre a estratégia europeia para os sem abrigo

**O** número de pessoas sem abrigo, bem como das pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza, não pára de aumentar nestes últimos anos em vários Estados-Membros.


A Deputada **Regina Bastos**, durante o debate sobre a Estratégia da União Europeia para os sem abrigo realçou que *“o número de pessoas sem abrigo, bem como das pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza, não pára de aumentar nestes últimos anos em vários Estados-Membros. A crise económica, financeira e social e o aumento do desemprego agravaram este problema”, acrescentando que “este fenómeno é a negação de importantes valores da União Europeia: o respeito pela dignidade humana e pelos direitos fundamentais”*. Na sua intervenção,

a Deputada Regina Bastos salientou que *“em Portugal, o número de pessoas que procuram ajuda para comer aumentou mais de 20 % desde 2008. Nota-se um aumento maior nas famílias e pessoas carenciadas, que viram a sua situação de vida alterada pelo desemprego e também pelo endividamento bancário. Este é só um exemplo que demonstra a gravidade desta situação”*.

Regina Bastos lembrou ainda que *“no ano passado, o Parlamento Europeu aprovou uma declaração escrita sobre uma Estratégia da União Europeia para Os Sem Abrigo. Com esta declaração, este Parlamento alertou para a necessidade de a União Europeia se dotar de uma estratégia sustentada por estratégias nacionais e regionais com o ob-*

*jectivo de longo prazo de acabar com as situações de pessoas que dormem na rua e o estado de sem-abrigo de longa duração”*.

A Deputada sublinhou que *“as estratégias nacionais devem centrar-se em medidas preventivas, mas também em ações concretas para melhorar a qualidade dos serviços prestados aos sem-abrigo e disponibilizar alojamento a preços abordáveis”, e acrescentou ainda que “a estratégia deve ser compatível com a política de habitação social dos Estados-Membros”*.

Finalmente exortou a Comissão Europeia *“a dar um impulso forte para coordenar a ação dos Estados-Membros e das autoridades regionais no sentido de combater esta injustiça social”*. 

# Não podem ser as empresas a arcar

com os custos administrativos na aplicação do IVA

O eurodeputado **José Manuel Fernandes** interveio no plenário do Parlamento Europeu em **defesa das PME**, no que toca à determinação das normas para o futuro do IVA na União Europeia.

O eurodeputado do PSD José Manuel Fernandes defendeu, em plenário do Parlamento Europeu, que não podem ser as empresas, especialmente as PME, a arcar com os custos administrativos na aplicação do IVA. Reclama, por isso, **maior harmonização e simplificação do sistema ao nível da União Europeia**, o que será também importante para melhorar a transparência e combater a evasão fiscal.

*“Com normas claras e inequívocas, defendemos o princípio da neutralidade e conseguimos reduzir os encargos administrativos resultantes da legislação da UE em matéria de IVA. **As empresas não podem arcar com os custos administrativos na aplicação do IVA, especialmente as PME**”*, sustentou o eurodeputado, no plenário em Bruxelas.

No âmbito do debate sobre o futuro do IVA na União Europeia, José Manuel Fernandes sublinhou que as PME representam na União Europeia *“mais de 99% das empresas e cerca de 67,4% do emprego”*. E *“no caso de Portugal as PME criam 81,4% do total do emprego”*.

Para o eurodeputado do PSD, a simplificação e a harmonização do sistema do IVA na União Europeia assegurarão, também, *“mais transparência e eficiência, menos burocracia e menos fraude”*. Neste contexto, afirmou que desta forma será possível *“potencializar o funcionamento do mercado interno e contribuir para o aumento de competitividade que tanto precisamos”*.

*“O combate à fraude no IVA é uma prioridade, até porque se estima que esta atinja 100 mil milhões de euros na UE”*; insistiu ainda José Manuel Fernandes, apontando para o peso das receitas do IVA, que *“representam mais de 21% das receitas fiscais dos Estados-Membros da EU”* e em alguns casos é mesmo a fonte principal de financiamento dos orçamentos nacionais.

## Atenção especial aos países assistidos


No debate, José Manuel Fernandes chamou



ainda atenção para a situação dos países sob ajuda externa e que estão sujeitos a medidas de austeridade, reclamando *“um olhar mais atento”* em matéria de impostos.

*“Estes Estados-Membros foram obrigados a aumentar impostos e agora são convidados a ponderarem limiares de isenção do IVA e a estabelecerem listas de bens e serviços comuns elegíveis para beneficiarem de isenções fiscais ou de taxas reduzidas de IVA”*, declarou.

O eurodeputado do PSD alertou para o impacto das medidas que são exigidas a nível comunitário e defendeu mesmo que sejam admitidas situações de excepção em matéria de impostos para países assistidos.

As situações de excepção devem verificar-se ao abrigo de *“uma solidariedade especial e concreta”*, com o objectivo de permitir avaliar qual a melhor aplicação de taxas, para favorecer a capacidade de cumprir os objectivos a que estão sujeitos e gerar maiores receitas. 


## Carlos Coelho

assinala entrada em vigor do VIS (Sistema Europeu de Vistos)

Em Conferência de Imprensa, em Bruxelas, os Deputados **Carlos Coelho** (PPE), **Michael Cashman** (S&D), e a **Baronesa Sarah Ludford** (ALDE) assinalaram a entrada em vigor do Sistema Europeu de Vistos.

Carlos Coelho afirmou esperar que *“o início das operações do VIS tenha um efeito positivo na política europeia de migração e de gestão de fronteiras e que permita resolver alguns dos problemas com que nos confrontamos nas Fronteiras Externas designadamente com os países do Norte de África”*. O Sistema devia ter começado a funcionar em 2006 mas sofreu diversos atrasos (tal como a 2ª geração do Sistema de Informação de Schengen que se espera poder começar a funcionar em 2013).

Para o social-democrata *“após 4,5 anos de trabalho, desde a adopção da sua base jurídica pelo Parlamento Europeu, tenho o prazer de anunciar que o Sistema de TI que pretende melhorar a implementação de uma verdadeira política comum de vistos - o Sistema de Informação sobre Vistos (VIS), começou a operar esta manhã e espera-se que funcione 24 horas por dia, 365 dias por ano”*. A implementação deste Sistema vai facilitar os procedimentos de pedido e emissão de vistos, e facilitar os controlos nas fronteiras externas, reforçando a segurança. Os consulados Schengen em todo o mundo recebem cerca de 13 milhões de pedidos de visto por ano em que esta melhoria vai beneficiar não só as autoridades responsáveis pela emissão dos vistos permitindo-lhes verificar a identidade do titular do visto, a autenticidade do visto e se as condições de entrada no território dos Estados Schengen são cumpridas, mas permitir também que os requerentes de um visto tenham acesso a procedimentos mais rápidos, mais fáceis e mais transparentes.

**OVIS irá incluir o uso de dados biométricos**, ou seja, a imagem digital facial e as impressões digitais dos requerentes de visto, que serão recolhidos durante o processo de requisição do visto, a fim de facilitar a identificação dos titulares de vistos e para evitar o roubo de identidade, o que permite garantir às autoridades dos Estados Schengen que a pessoa que apresenta um visto quando atravessa uma fronteira externa é a mesma pessoa a quem o visto foi emitido. O novo Sistema vai ter, de igual modo, um papel importante em termos de prevenção do **“visa shopping”**. 



# Carlos Coelho defende a necessidade de reforçar o papel da Agência Frontex

O eurodeputado **Carlos Coelho** defendeu, no Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, a necessidade de **reforçar o papel da Agência Frontex**, renovando o seu mandato e facultando-lhe mais recursos e ferramentas, de modo a aumentar a sua eficácia.


Intervindo no plenário sobre o Frontex, Carlos Coelho afirmou que *“a existência de uma gestão integrada e uniforme das fronteiras externas que garanta um nível elevado e uniforme de controlo e vigilância é condição sine qua non para que possa existir uma verdadeira área de liberdade, segurança e justiça onde seja garantida uma liberdade de circulação de pessoas. Nesse sentido, uma das políticas prioritárias da UE é a introdução gradual de um sistema integrado de gestão das fronteiras, onde a Agência Frontex deverá desempenhar um papel fundamental, nomeadamente em termos de apoio aos Estados-Membros, na execução deste sistema, de modo a obter uma coordenação e solidariedade acrescidas.”*

*“Em paralelo, o aumento das pressões migratórias, envolvendo novas ameaças e riscos, bem como o grande alargamento do*

*espaço Schengen que teve lugar dois anos depois da Frontex iniciar operações.”*

Carlos Coelho sublinhou a importância da Frontex no novo sistema de avaliação de Schengen e realçou 5 pontos essenciais: *“o reforço das disposições em matéria de direitos fundamentais; o reforço da eficácia, com a possibilidade de enviar os peritos da Frontex por períodos de tempo mais longos (pelo menos 6 meses), o que permite uma maior flexibilidade para proceder à sua deslocação de uma fronteira para outra onde possa existir uma maior necessidade, sem ter que consultar sempre o Estado-Membro; a criação de equipas de guardas de fronteira; o*

*processamento de dados pessoais, a Frontex passa a poder processar dados pessoais e a aquisição de meios operacionais - a Frontex poderá proceder à aquisição de meios em parceria com os Estados-Membros.”*

Carlos Coelho concluiu *“não tenho dúvidas que reforçámos a capacidade operacional da Frontex, agora só espero que a confiança que depositámos nesta Agência seja amplamente recompensada e ela possa contribuir de forma decisiva para uma gestão integrada das fronteiras e ajudar os Estados-Membros a fazer face aos desafios, ameaças e pressões actuais e futuras com que se deparam nas suas fronteiras externas.”* 

**“Não tenho dúvidas que reforçámos a capacidade operacional da Frontex, agora só espero que a confiança que depositámos nesta Agência seja amplamente recompensada e ela possa contribuir de forma decisiva para uma gestão integrada das fronteiras e ajudar os Estados-Membros a fazer face aos desafios, ameaças e pressões actuais e futuras com que se deparam nas suas fronteiras externas”.**

Carlos Coelho

## Intervenção da Deputada Regina Bastos sobre a Crise Financeira, Económica e Social: recomendações referentes a medidas e iniciativas a tomar

**N**este período difícil é também necessário **manter os níveis de protecção social**, sobretudo para os cidadãos mais vulneráveis.

*Não há dúvida de que este relatório constitui e constituirá uma referência no que diz respeito às recomendações e às respostas sólidas e coordenadas aos desafios da crise.*


**Se há conclusão que se pode tirar é de que a crise que vivemos só será ultrapassada com um aprofundamento da integração europeia.**

*Num tempo de graves dificuldades financeiras, económicas e sociais e de dolorosas medidas de austeridade em alguns Estados-Membros, como no meu País Portugal, é uma **tentação o refúgio numa atitude proteccionista e nacionalista. Mas isso é um erro!***

*A resposta europeia à crise passa por um **verdadeiro governo económico europeu** que persiga o crescimento sustentável, que promova a criação de emprego e desenvolva a economia social de mercado, dando respostas a longo prazo com objectivos definidos com os quais os Estados-Membros se identifiquem.*

*A estratégia de saída da crise precisa de ser financiada com um orçamento comunitário suficientemente ambicioso.*

*Para se evitar uma nova crise da dívida soberana e do euro é necessária uma **coordenação mais estreita em matéria de políticas orçamentais**, bem como a criação de um sistema de emissão de títulos da dívida pública e euro-obrigações.*

*Termino, sublinhando que neste período difícil é também necessário manter os níveis de protecção social, sobretudo para os cidadãos mais vulneráveis.”* 

## Processo de Paz no Médio Oriente: “Chegou a altura da Comunidade Internacional dizer Basta!”, Mário David



O Eurodeputado do PSD **Mário David** interveio, em Plenário, no debate que se seguiu à declaração da VP/AR Catherine Ashton, sobre a “actividade da semana ministerial da Assembleia

Geral das Nações Unidas, em especial o processo de paz no Médio Oriente e o Norte de África”, começando por defender que “a não existência de um ‘processo de paz em curso’ está a colocar em causa os direitos básicos e tem levado à assumpção de medidas unilaterais de parte a parte”, pelo que considera que “chegou a altura da Comunidade Internacional dizer Basta!”

Mário David, que também é o Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com os Países do Magrebe, afirmou ainda que as medidas unilaterais tomadas por ambas as partes “não têm contribuído de

forma alguma para um desanuviar das tensões na Região e muito menos para a busca efectiva de uma vida para dois povos que têm o direito de viver harmoniosamente em Paz, Segurança e com dignidade”. O eurodeputado português considera por isso que “chegou a altura da Europa e da Liga Árabe impulsivarem a busca duma solução duradoura! Com sensatez! Apresentando soluções viáveis! Sem demoras e com prazos limites!”, concluindo que “é evidente que os Estados Unidos e a Rússia já não fazem parte da solução!”

E no seguimento das 4 ideias que avançou no debate em Plenário sobre a mesma matéria, Mário David avançou com as seguintes propostas: “Comecemos por **Jerusalém**. Porque não recuperar a ideia inicial de um ‘Corpus separatum’ administrado pela ONU? E que funcione como capital dos dois Estados?”

**Fronteiras.** Comecemos pelas de 1967. Troquem-se parcelas de território quando possível e coerente. Cuide-se da defesa de Israel, assunto obviamente

incontornável para o povo Judeu... Por exemplo, através da colocação de capacetes azuis com americanos, europeus e islamistas junto ao Jordão.

**Refugiados.** Existem, são cerca de 4,8 milhões e têm o direito à sua dignidade. A um futuro ligado a uma terra, de preferência sua. Mas não são exclusivamente um problema Israelita. Nem Palestiniano. É também nosso! E dos países árabes vizinhos, da comunidade árabe em geral, mas também da Europa e da restante comunidade internacional.

**Colonatos.** Tem que acabar a sua expansão. E isto não é negociável! O anúncio hoje da construção de 1200 novas casas em Jerusalém Oriental traduz hipocrisia e má-fé!”

E concluiu sublinhando que “**acima de tudo, queremos negociações de boa fé, empenhadas, com uma data limite para a sua conclusão, a partir da qual a comunidade internacional, para manter a sua credibilidade, terá que ter outra atitude!**”

## Síria - O Grupo Parlamentar do PPE deplora a actuação

### irresponsável dos BRICS no Conselho de Segurança da ONU

O Grupo Parlamentar do PPE deplora a actuação irresponsável dos 4 BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China) e da África do Sul, ao votarem contra/absterem-se na votação da Resolução do Conselho de Segurança da ONU **criticando a atitude criminosa das autoridades Sírias**, que em vez de dialogarem, preferem

responder pela força das armas às legítimas aspirações do seu povo.

Quando se procura uma “nova ordem mundial” e tanto se fala do novo papel que os BRICS deveriam assumir, não pode deixar de ser extremamente decepcionante esta constatação.

Já quanto à posição assumida pelo Líbano, infelizmente, o seu voto nada tem de estranho. A Comunidade Internacional, as Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança, apenas se descredibilizam uma vez mais com este voto, que não dignifica o respeito pelos mais elementares direitos de qualquer ser humano.